

ANEXO I - Distribuição de Serviço Docente e Não Docente

NOTA PRÉVIA

Entendeu o Conselho Geral que, devido ao facto de determinadas matérias que por lei devem constar do Regulamento Interno do Agrupamento estarem sujeitas a alterações legislativas com alguma frequência, deveriam ser objeto de anexos ao próprio Regulamento de forma a que a sua atualização não correspondesse a nova e profunda reformulação do Regulamento Interno.

Neste sentido o presente anexo faz parte integrante do Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Manteigas, aprovado pelo Conselho Geral do dia 07/09/2011 e não pode ser alterado ou modificado sem o acordo e aprovação do Conselho Geral deste agrupamento de escolas.

Artigo 1.º - DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

- 1 - A distribuição do serviço docente deve ter, como princípio orientador, a defesa da qualidade do ensino e os legítimos interesses dos alunos.
- 2 - A aceitação do serviço docente distribuído é obrigatória.
- 3 - O horário semanal dos docentes é de 35 horas, integrando uma componente letiva e uma não letiva.
- 4 - A distribuição de serviço letivo deve dar a continuidade às turmas, do início ao final do ciclo, salvo em casos devidamente fundamentados em que o Diretor e o Conselho Pedagógico não o considerem conveniente.
- 5 - A distribuição de serviço letivo deve garantir que uma mesma equipa de docentes tenha o maior número de turmas possível em comum, de modo a permitir o trabalho de cooperação entre os Docentes.

Regulamento Interno – Agrupamento de Escolas de Manteigas

6 - A distribuição de serviço letivo deve possibilitar a consecução das várias modalidades de apoio pedagógico e/ou a realização de atividades de complemento curricular.

7 - Deve ser garantido que cada docente não leccione mais do que três níveis e mais do que oito turmas, a não ser em casos devidamente fundamentados.

8 - Deve-se atribuir a cada docente disciplinas do grupo a que pertence, ou para o qual possui habilitação adequada.

9 - Não deverão ser atribuídas aos docentes turmas em que se encontrem integrados familiares seus, nas seguintes condições:

- parente ou afim em linha direta ou até ao 2.º grau de linha colateral;
- pessoa com quem viva em economia comum.

10 - Os horários dos docentes de quadro de agrupamento não podem ser organizados com um número de tempos letivos e/ou equiparados a serviço letivo inferior àquele que, legalmente, lhes corresponde.

11 - A distribuição de serviço docente terá em consideração os seguintes critérios:

- a) antiguidade na carreira, desde que não haja motivos que obriguem a substituição do docente;
- b) continuidade do professor na turma, desde que não haja motivos que obriguem a substituição do docente;
- c) classificação obtida na avaliação de desempenho docente;
- d) adequação do perfil do professor às necessidades da turma e do agrupamento;
- e) envolvimento em dinâmicas/projetos em curso ou a programar de acordo com o projeto educativo.

12 - Sempre que a carga letiva das disciplinas do grupo, acrescida do número de horas equiparadas, for insuficiente para todos os docentes do quadro de agrupamento, deverão ser distribuídos horários completos até ser esgotada a totalidade da carga horária disponível. Desta

distribuição só poderá resultar um único horário incompleto, sendo os restantes horários zero.

Artigo 2.º - ELABORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE HORÁRIOS

1 - Nas escolas do agrupamento as atividades letivas decorrem de acordo com o estipulado na legislação, tendo em conta as características de cada escola.

2 - Cada turma não pode ter mais do que 6 tempos letivos consecutivos.

3 - O período mínimo destinado ao almoço será de 1 hora para todos os alunos.

4 - Na escola-sede deverá reservar-se a 4.ª feira, de tarde, de modo a possibilitar a realização de atividades de complemento curricular, apoios educativos e reuniões de caráter pedagógico.

5 - Os horários devem ser desenvolvidos de modo a impossibilitar a existência de tempos desocupados para os alunos na distribuição dos tempos letivos em cada um dos turnos, manhã ou tarde.

6 - A distribuição dos tempos letivos de cada uma das disciplinas deve ser criteriosa, evitando-se, tanto quanto possível, o lançamento de tempos letivos em dias consecutivos de disciplinas com dois ou três blocos semanais.

7 - A distribuição da carga horária semanal deve ser feita de modo a não ultrapassar oito tempos letivos diários.

8 - A divisão de uma turma em dois grupos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos. O tempo letivo lançado separadamente no horário de cada grupo não deve ser mediado por qualquer aula teórica dessa disciplina comum a toda a turma.

9 - A não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos de uma turma implica que seja sempre evitado que os alunos que a ela não estejam matriculados fiquem com esse tempo letivo desocupado.

Regulamento Interno – Agrupamento de Escolas de Manteigas

10 - Nos horários dos alunos deverá ser obrigatoriamente contemplado um período para almoço de 2 horas sempre que o turno da tarde se inicie com Educação Física.

10 - As aulas de língua portuguesa e de línguas estrangeiras não devem ser marcadas no horário em tempos consecutivos.

11 - Os blocos de 90 minutos de língua portuguesa e matemática não devem, tanto quanto possível, ser marcados em dias consecutivos.

12 - As disciplinas de língua portuguesa e matemática deverão ocorrer, preferencialmente, no período da manhã.

13 - Os horários das turmas devem ser elaborados de acordo com os horários dos transportes.

14 - No horário do docente, deve ser registada a totalidade das horas de trabalho, com exceção da componente não letiva, destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais.

15 - Os docentes sem horário letivo atribuído, assim como o pessoal técnico que desempenha funções de apoio socioeducativo no âmbito dos serviços de psicologia e orientação, nomeadamente os que exerçam funções de psicólogo ou terapeuta, estão igualmente sujeitos à prestação de trinta e cinco horas semanais de serviço.

Artigo 3.º - CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

1 - A constituição de turmas de todos os níveis do ensino básico deve obedecer prioritariamente a imperativos de natureza psicopedagógica, designadamente a uma ampla troca de saberes e experiências e à obtenção do sucesso educativo dos alunos, sendo ainda de considerar a disponibilidade e características das instalações de cada estabelecimento de ensino do agrupamento.

2 - Os alunos que iniciem a escolaridade em determinado ano devem manter-se no mesmo grupo ou turma ao longo de todo o ciclo e, no 1.º Ciclo, independentemente do nível do seu aproveitamento.

Regulamento Interno – Agrupamento de Escolas de Manteigas

- 3 - Qualquer exceção ao ponto anterior deverá ser devidamente fundamentada em ata de reunião de departamento/conselho de turma.
- 4 - Os alunos do 4.º ano de escolaridade que não transitarem devem ser integrados em turmas de final de ciclo.
- 5 - As turmas do 1.º ano deverão ser constituídas, sempre que possível, por grupos de alunos provenientes do mesmo jardim de infância.
- 6 - Na medida do possível, na constituição de turmas, deve ser mantido o grupo base da turma do ano anterior.
- 7 - Em relação aos alunos em situação de retenção, nos 2.º e 3.º Ciclos, dever-se-á ter em consideração o seguinte:
 - a) A distribuição por várias turmas;
 - b) As propostas do Conselho de Turma relativas ao programa a cumprir pelos alunos;
 - c) As medidas de apoio destinadas aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem;
- 8 - Nos 2.º e 3.º Ciclos dever-se-á ter em consideração as escolhas efetuadas pelos alunos (língua estrangeira, área opcional e educação moral e religiosa católica).
- 9 - A disciplina de educação moral e religiosa católica deve ser garantida a todos os alunos que nela se inscrevam.
- 10 - Nos 2.º e 3.º Ciclos a constituição de turmas não pode basear-se na frequência ou não da disciplina de educação moral e religiosa católica. Poder-se-ão juntar alunos de duas turmas desde que esse número não exceda 22. No entanto, não é permitida a junção de alunos de diferentes anos de escolaridade. Quando num ano de escolaridade o número total de alunos matriculados nesta disciplina for igual ou inferior a 15, formar-se-á apenas uma turma. Quando esse número for superior a 15, poderão ser organizadas várias turmas, não devendo cada uma delas ser constituída por menos de 10 alunos.
- 11 - Compete aos serviços de administração escolar assinalar na lista dos alunos de cada turma aqueles que se inscreveram na disciplina de educação moral e religiosa católica.

Regulamento Interno – Agrupamento de Escolas de Manteigas

12 - O número de alunos das turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não pode ser superior a 20, desde que tal esteja previsto no respetivo programa educativo individual.

13 - As referidas turmas não devem incluir mais de 2 alunos com necessidades educativas especiais, salvo em casos excecionais, devidamente fundamentados.

14 - Os alunos provenientes de países estrangeiros devem ser integrados em turmas de forma a possibilitar o apoio pedagógico necessário.

15 - A constituição de turmas de cursos de educação formação obedece aos seguintes critérios:

- a) Número mínimo de 15 alunos;
- b) Alunos fora da escolaridade obrigatória;
- c) Ter o 2.º Ciclo concluído ou a frequência do 7.º ano de escolaridade.

DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - O cumprimento das disposições deste regulamento será elemento referencial na avaliação do desempenho de todos os intervenientes.

2 - As reduções da componente letiva previstas no presente regulamento poderão ser alvo de alterações de acordo com os termos que vierem a ser fixados na lei.

3 - A resolução de dúvidas ou omissões suscitadas pela aplicação do presente regulamento compete aos órgãos de gestão e administração do agrupamento, após análise das situações em concreto.